

Uma inflação de fiéis da balança

Maria Cristina Fernandes



Em 2000 as legendas aliadas ao governo Fernando Henrique Cardoso somaram 60% dos votos válidos no primeiro turno. Doze anos depois, os aliados da presidente Dilma Rousseff ultrapassaram os 70% dos votos.

O sucesso dos partidos governistas sob a égide tucana não foram suficientes para manter o PSDB na Presidência da República em 2002. Por mais retumbante que pareça, o desempenho dos aliados petistas este ano também não é garantia da reeleição presidencial em 2014.

São fartas as evidências de que o eleitor da disputa municipal não se subordina às estratégias eleitorais das lideranças partidárias. Frente aos projetos de poder das legendas — e, contrariando o veredito da toga, todos o têm senão não seriam partidos — há o eleitor que, cada vez mais escolarizado, faz escolhas com crescente independência em relação a caciques políticos de todas as colorações partidárias.

Dez partidos já têm mais de 250 prefeituras no país

O que eleições municipais revelam é a estruturação das máquinas partidárias para a conquista do voto. Um dos dados mais eloquentes da força dessas máquinas é a eficácia com que convertem candidato lançado em prefeito eleito. Nas contas de Wanderley Guilherme dos Santos, que coleciona esses dados desde 1946, o PSB foi, de fato, aquele cuja eficácia eleitoral mais cresceu este ano.

Mesmo que o segundo turno lhe seja favorável, a eficácia eleitoral do PSB, no entanto, ainda não foi capaz de dar ao partido uma presença homogênea no país. O partido de Eduardo Campos mantém-se concentrado no Nordeste. Fora da região, elegeu mais de 10% dos municípios apenas em Amapá, Tocantins e Espírito Santo.

As dificuldades que Dilma vai enfrentar, no entanto, não vêm das vicissitudes do PSB, mas da profusão de legendas médias.

O PMDB continua a ostentar o título de partido com o maior número de municípios, mas já começa a ser acossado em sua condição de fiel da balança.

Em 1988, primeira eleição de todos os municípios pós-redemocratização, apenas cinco partidos elegeram mais de 5% dos prefeitos (PMDB, PP, PTB, PFL e PL). Este ano, ainda sem contar o segundo turno, oito legendas já ostentam essa condição (PMDB, PSDB, PT, PSD, PSB, PP, PDT e PTB).

Cada vez mais a aliança com o PMDB é necessária mas não suficiente para os projetos reeleitorais do PT.

Ao final deste segundo turno o PT deve se firmar como a única legenda que, além de crescimento contínuo, tem distribuição nacional e presença em pequenos, médios e grandes municípios.

Isso o define como um pólos da disputa nacional, mas não o único. Além de assegurar os pemedebistas, a presidente ainda tem que se ver com a inflação de partidos médios pelo país.

Seu partido e o PMDB formam a única dupla da política nacional com prefeitos em todos os Estados da Federação. Mas a emergência das legendas médias traz o risco de estas passarem a ser fiéis da balança de outros projetos presidenciais. Dos resultados que se concluem neste domingo estes são o de maior valia para 2014.

Vinte anos atrás, ao disputar a terceira eleição de sua história, o PT fez planos de passar de 38 para 200 prefeitos. Calcou suas campanhas na onda do impeachment de Fernando Collor de Mello que havia tomado o país naquele ano de 1992. O partido cresceu mas chegou a um quarto da meta que havia traçado com a eleição de 54 prefeitos.

Se o impeachment, movimento que levou multidões às ruas, não pôde ser capitalizado eleitoralmente, que dirá o mensalão.

A aposta excessiva no julgamento pode explicar o desempenho do PSDB cuja curva de declínio nem o sucesso de 100% nos municípios que disputa nesse segundo turno será capaz de reverter.

Apesar da queda, o PSDB mantém-se como a segunda força municipal a despeito de estar há dez anos fora do poder. É um feito mais do que suficiente para analistas como Fernando Limongi não verem ameaça a sua condição de principal polo de oposição em 2014.

Petistas costumavam atribuir a implantação do segundo turno eleitoral à reação conservadora contra sua chegada ao poder. Viam na maioria arregimentada maquinação contra a perspectiva do partido mudancista chegar ao poder.

Acrescente-se ao petismo o vozo de se resumir a política nacional ao território paulistano e a tese estava pronta. Houvesse segundo turno, Luiza Erundina não teria sido eleita prefeita de São Paulo.

Passaram-se 20 anos desde a primeira eleição municipal em dois turnos. Pela lente paulistana, vê-se agora um segundo turno com chances de evitar que o candidato vitorioso na primeira rodada, mas rejeitado pela maioria, seja eleito prefeito da maior cidade do país. Talvez haja mesmo avanços onde alguns só enxergam conspiração.

Maria Cristina Fernandes é editora de Política. Escreve às sextas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Aumento da previsão de receita eleva corte do Orçamento para R\$ 47 bilhões

Ribamar Oliveira e Daniela Martins
De Brasília

Com a decisão do relator de receitas da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Cláudio Puty (PT-PA), de elevar a previsão da arrecadação líquida da União no próximo ano em R\$ 22 bilhões, o governo terá agora que fazer um contingenciamento de R\$ 47 bilhões nas dotações orçamentárias se quiser cumprir a meta cheia de superávit primário em 2013, equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso ocorrerá se a área econômica mantiver a sua estimativa para a receita, que consta da proposta orçamentária.

Antes do aumento da estimativa da receita, o contingenciamento previsto era de R\$ 25 bilhões — valor que corresponde ao desconto da meta de superávit incluído pelo próprio governo na proposta orçamentária, por conta dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O superávit primário de todo o setor público em 2013 será de R\$ 155,85 bilhões (o equivalente a 3,1% do PIB), sendo R\$ 108,09 bilhões para o governo federal e R\$ 47,76 bilhões para os Estados e municípios. Essa é a meta cheia. No entanto, o governo poderá abater, de sua meta, até R\$ 45,2 bilhões relativos aos investimentos

do PAC, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O deputado Puty elevou a previsão total das receitas em R\$ 23,85 bilhões, mas, desse total, R\$ 1,85 bilhão se referem a royalties do petróleo e minerais devidos aos Estados e municípios. Por isso, o aumento da receita líquida da União em 2013 será de R\$ 22 bilhões. Este é o limite para o aumento de gastos no Orçamento de 2013 a ser feito pelos senadores e deputados, por meio de suas emendas.

A elevação da estimativa da receita para 2013 é, no entanto, menor do que o aumento feito no Orçamento deste ano. Quando discutiram e votaram a proposta orçamentária para 2012, os deputados e senadores elevaram a previsão da receita da União em R\$ 29,98 bilhões. Por conta disso e da decisão de não abater os investimentos do PAC da meta fiscal, o governo anunciou, em fevereiro passado, um contingenciamento de R\$ 55 bilhões nas dotações orçamentárias deste ano para cumprir a meta de 3,1% do PIB.

A receita da União em 2012 ficará muito abaixo daquela projetada pelo Congresso Nacional e pelo próprio governo, em seu decreto de contingenciamento. Esse desempenho decorreu da retração da atividade econômica, principalmente no primeiro semestre. Até agosto, a frustração da receita

Ruralistas visam regulamentação do Código Florestal

Tarso Veloso, Daniela Martins e Yvna Sousa
De Brasília

Uma semana depois da sanção com vetos da Medida Provisória (MP) do Código Florestal e da publicação de decreto com regras elaboradas pelo Executivo, ruralistas se organizam para influenciar em pontos da regulamentação da nova legislação que estão sendo gestados no Ministério do Meio Ambiente (MMA). A primeira garantia foi dada pela ministra Izabella Teixeira à presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Katia Abreu, em reunião nesta semana: a de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) — órgão considerado pelos produtores como “redueto” de ambientalistas e organizações não governamentais — não será o responsável pela regulamentação de itens do novo Código.

Segundo a senadora, a ministra prometeu designar um ministério para conduzir essa tarefa. Além disso, Izabella deu a garantia de

que a CNA participará da regulamentação do Código.

Além de Katia Abreu, o presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), deputado Homero Pereira (PSD-MT), disse que fazer o mesmo movimento e entrar em contato com a ministra do Meio Ambiente, que coordena as discussões sobre o tema no governo.

Apesar de defender o diálogo, a presidente da CNA não descartou recursos ao STF caso não se chegue a um acordo favorável para o setor nas tratativas com o Executivo. “Se o governo entender que esses pontos não são factíveis de mudança, vou para a Justiça”, alertou. “Vou usar todas condições do diálogo, vou tentar porque é muito melhor acordo que demanda judicial. Não vou para o STF não é por pena do governo, mas é por pena de mim”, completou se referindo à morosidade no processo judicial.

Os ruralistas estão “engasgados” com a derrota ao setor após a presidente Dilma Rousseff vetar trechos incluídos pelos parlamentares no Congresso após anos de

administrada pela Receita Federal, em relação à projeção do decreto de contingenciamento de fevereiro, já supera R\$ 34 bilhões.

O deputado Puty disse ontem que a elevação da estimativa da receita da União em R\$ 23,85 bilhões é “uma aposta no crescimento econômico de 2013”. Para ele, a massa salarial crescerá 13,4% e não os 10,87% projetados pelo governo, o que aumentou a estimativa das receitas previdenciárias em R\$ 2,69 bilhões.

Embora tenha mantido a previsão de crescimento da economia de 4,5% em 2013, Puty acredita em crescimento da rentabilidade das empresas maior do que o governo. Por isso, elevou a projeção da receita da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em R\$ 4,15 bilhões. Mas, surpreendentemente, manteve constante a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Ao mesmo tempo, o relator da Comissão Mista do Congresso elevou a previsão da receita com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em R\$ 3 bilhões e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em R\$ 2,7 bilhões. A arrecadação do PIS/Pasep foi aumentada em R\$ 368 milhões. Outras receitas administradas pela Receita Federal subiram R\$ 3,18 bilhões.

O deputado petista fez questão de ressaltar que refez as previsões das receita da União em

sintonia com o governo. “Nossas considerações foram levadas às autoridades do Poder Executivo e esse tema foi exaustivamente discutido com a ministra do Planejamento (Miriam Belchior) e com o Secretário do Tesouro Nacional (Arno Augustin), dentre outros”, diz Puty em seu relatório. “Produtismo um relatório com grau de concordância do Executivo que é razoável”, afirmou na entrevista de ontem.

O relator explicou que, “por sugestão do Executivo”, fez uma aposta forte nas receitas não administradas pela Receita Federal, particularmente as concessões de serviços públicos, os royalties minerais e do petróleo e os dividendos pagos pelas empresas estatais. No caso das concessões, Puty lembrou que a receita do leilão da banda 4G não foi internalizada este ano, o que deverá acontecer em 2013.

O governo já anunciou, lembrou Puty, que fará leilões no próximo ano de áreas do pós-sal. Esses leilões, disse o deputado, “vão garantir receitas de bonus de assinatura”. Ele elevou a previsão da receita com concessões em R\$ 3,3 bilhões.

O deputado aumentou a estimativa da arrecadação com royalties em R\$ 2,1 bilhões, sendo que, deste total, R\$ 1,85 ficarão com os Estados e municípios. A previsão da receita com dividendos foi aumentada em R\$ 2,3 bilhões.

discussão. O vice-presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio na Câmara, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), afirmou que entre os pontos pleiteados pelo setor estão o cultivo em várzeas, as regras para açudes para a irrigação e para a recomposição de Áreas de Preservação Permanentes (APPs).

Ele falou sobre o sentimento de traição em parte da bancada que concordou em fazer acordo com governistas na votação do Código e viu suas conquistas serem anuladas pela caneta de Dilma. “Estamos sendo cobrados por [Ronaldo] Caiado e [Valdir] Collato, agora vimos que tinham razão”, disse. Segundo Heinze, a estratégia daqui para frente segue nas tratativas com o Executivo, na pressão política no Congresso e na análise de medidas legislativas e judiciais para questionar os vetos.

Os ambientalistas já se movimentam também. Pedem a criação de um grupo “com participação da sociedade civil”, tentando impedir uma reviravolta. Enquanto isso, o STF também deve julgar a ação do DEM, que quis impedir a regulamentação das áreas de preservação permanentes por meio de decreto presidencial.

Os ambientalistas também se mobilizam para evitar retrocessos na legislação florestal. Nesta semana, organizações como o Instituto Socioambiental (ISA), WWF e Amigos da Terra se reuniram com a ministra Izabella Teixeira e propuseram a criação de um grupo de trabalho para discutir todas as propostas de regulamentação.

Os representantes do setor destacam 12 temas prioritários, como os parâmetros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e dos Programas de Recuperação Ambiental (PRA), cotas de reserva am-

biental, regularização da agricultura familiar, entre outros.

O coordenador de Política e Direito Socioambiental, Raul do Valle, afirma que a estratégia do setor é de redução de danos. “O novo código é uma lei ruim. A gente está trabalhando com uma administração de prejuízos e é neste contexto que a gente quer participar. Temos perdas concretas na lei, mas elas ainda podem ser aprofundadas”, apontou.

Uma possível brecha utilizada pelos produtores seria para diminuir a necessidade de recomposição de áreas desmatadas ilegalmente. Pela nova legislação, há uma “escadinha” que varia de acordo com o tamanho das propriedades e dos rios: imóveis maiores têm que recompor uma área degradada maior.

Valle alerta que se um grande proprietário tiver, para um mesmo imóvel, várias matrículas — uma vez que a terra pode ter sido adquirida em diferentes períodos, de diferentes proprietários —, isso daria margem para que o produtor registre a propriedade de forma fragmentada.

Segundo uma fonte do Ministério do Meio Ambiente, é normal que as discussões extrapolem as dependências da Pasta e a participação de entidades, ONGs e parlamentares será bem-vinda, “na medida certa”. A opinião é de que mudanças que vão contra a posição de preservação do governo, que ficou clara nos vetos, não deve ser retomada. “Devemos olhar para a frente. A decisão foi tomada pela presidente e agora vamos colocar em prática, sem anistia. Essa fase já passou”, disse a fonte.

Enquanto os lobbies e negociações caminham, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar ação movida pelo DEM, que quer impedir a regulamentação das áreas de preservação permanentes por meio de decreto presidencial.

Número de prefeituras por partido

Em % do total de cada ano

Anos	PMDB	PSDB	PT	PSD	PP*	PSB
1988**	37,46	0,42	0,89	-	10,40	0,86
1992**	33,70	6,66	1,13	-	7,62	1,01
1996**	24,20	17,21	2,06	-	11,68	2,80
2000	22,61	17,80	3,37	-	11,13	2,39
2004	19,04	15,64	7,39	-	9,91	3,15
2008	21,63	14,24	10,03	-	9,94	5,57
2012***	18,43	12,45	11,28	8,87	8,35	7,87

Anos	PDT	PTB	DEM*	PR*	PPS	Outros
1988**	4,48	7,74	24,68	5,57	0,02	7,46
1992**	7,92	6,36	20,26	3,46	0,02	11,84
1996**	8,15	7,14	17,45	4,15	0,62	4,54
2000	5,18	7,16	18,47	4,50	2,99	4,39
2004	5,52	7,57	14,19	6,99	5,54	5,07
2008	6,33	7,42	8,92	6,94	2,32	6,67
2012***	5,53	5,28	4,96	4,89	2,12	9,99

Fonte: TSE e Fleisher, D. *As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). Elaboração: Valor Data. ** PP (atual denominação do PPB); DEM (atual denominação do PFL); e PR (oriundo da fusão entre os partidos PL e Prona). ** Dados não oficiais. *** Primeiro Turno

Ministério de Minas e Energia

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Concorrência GCONT/GCSERV/GCRI nº 800011207674/2012

OBJETO: Serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda. O valor estimado é de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, não excedendo o limite de 60 (sessenta) meses.

EDITAL: O Edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir de 29/10/2012, das 9h às 11h e das 14h às 16h, na Gerência de Contratação de Serviços – GCSERV, órgão da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A situado na Rua General Canabarro, 500, 6º andar, ala “D”, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ. Para obtenção do Edital os interessados deverão creditar o valor de R\$ 100,00 (cem reais), por meio de TED ou DOC, na conta-corrente 2315-9, Agência 3180-1 do Banco do Brasil, em nome da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ: 34.274.233/0001-02. O resumo do edital foi publicado no DOU em 26/10/2012.

José Maurício Oliveira de Almeida
Gerente de Contratação de Serviços – Coordenador da Comissão de Licitação

Ministério de Minas e Energia

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência - Serviço de Publicidade - nº 1304120063

A Eletrosul torna público que nos termos da Lei nº8666 de 21.06.93 realizará a **licitação na modalidade de concorrência**, nº 1304120063 Objeto: Contratação de Serviços de Publicidade, conforme Especificação Técnica. Tipo de Licitação: . Participação: Empresas nacionais. O edital contendo as instruções e condições para participação está à disposição dos interessados a partir das 16:00 horas do dia 26/10/2012. O presente aviso de licitação, bem como o edital completo estarão disponíveis, no **site da Eletrosul** http://www.eletrosul.gov.br, no link "Editais e Aquisições" - "Editais de Aquisição" - "Concorrência", gratuitamente. O recebimento das propostas técnicas e de preços se dará no dia 17/12/2012 às 10:00 horas, e a abertura das propostas técnicas se dará dia 17/12/2012 às 10:00 horas, no endereço abaixo mencionado.

Contato: Departamento de Gestão de Suprimentos-DGS, Rua Deputado Antônio Edu Vieira 999 - Pantanal - CEP: 88040-901 - Florianópolis/SC - Fax: 48-3234-4422. - Telefone: 48 3231-7228 - Luciana Barducco.

EDSON AUGUSTO BUCH
Gerente do Departamento de Gestão de Suprimentos